

Agente Fiscal

Rua Debret, 23, salas 401/405 - Centro - CEP2003-080 - Rio de Janeiro/RJ

MP 258 cai sob a pressão da sociedade organizada

Graças à mobilização dos movimentos organizados, especialmente dos AFRFs, a MP 258 caiu sem sequer ser votada no Senado. A medida do Governo que impunha de cima para baixo a fusão dos fiscos, criando a Super-Receita, caducou após 120 dias de tramitação e muita pressão da sociedade. A crise política, a demora em aprovar na Câmara e o enfraquecimento político do governo no Senado foram ingredientes que também contribuíram para sepultar a MP. Foi uma vitória significativa para a nossa categoria, que lutou arduamente em todos os campos, mas principalmente no Congresso Nacional. **Páginas 6, 7 e 8**



Nuvens negras se abateram sobre o Congresso durante a tramitação da MP 258

Começa mais um *round* contra fusão dos fiscos

Mesmo derrotado no Senado, o Governo insiste na fusão dos fiscos e enviou ao Congresso o projeto de lei nº 6272 em regime de urgência, na esperança de aprovar a Receita Federal do Brasil, a chamada Super-Receita. Isso obriga os AFRFs a manterem a mobilização.



**Heitor Manoel Pereira,
da AEPET: “O Brasil
está voltando a 1930”**

Página 3

**Para Sicsu, o futuro da
economia do País está
nas mãos dos políticos**



Página 4

2006: o desafio permanece

Os AFRF chegam ao final deste ano de 2005 com a alegria contida de quem atravessou a salvo um mar de dificuldades e incertezas e sabe que ainda tem muito pela frente. Com responsabilidade e ponderação, trabalhando junto ao Congresso Nacional e aos setores organizados da Sociedade, conseguimos reverter a autoritária Medida Provisória 258. E, mais importante, logramos demonstrar que as decisões sobre Administração Tributária precisam ser tomadas com elevado grau de seriedade, planejamento adequado, e sólida fundamentação técnica e jurídica. Não é aceitável que se decida de forma provisória, sobre órgãos vitais do Estado.

O episódio da Fusão dos Fiscos não está, contudo encerrado. O Projeto de Lei nº6272/05 reedita a fusão nas linhas gerais da MP 258. Permanece a necessidade de aprofundarmos o debate.

Apresentada como panacéia para todos os males, a Fusão é dita “boa” porque “é boa para o Brasil”. Boa como? Onde os argumentos que demonstrariam a sua qualidade? Que instrumentos são acrescentados para o combate à sonegação? Quais as conseqüências da junção abrupta de duas organizações de histórias e culturas tão diferenciadas? Separar a administração dos benefícios previdenciários do controle e fiscalização das contribuições previdenciárias é o melhor caminho?

Em nenhum momento ficou demonstrado que o fortalecimento da Administração Tributária passa pela fusão dos fiscos. Este o debate que precisa ser travado: o que fortalece efetivamente a Administração Tributária.

É fato inconteste que o fortalecimento da Administração Tributária passa por manterem os auditores fiscais sua condição de servidores de Estado. A identidade de nossa categoria, é constituída pelo conjunto de nossas atribuições, vinculadas a um cargo cujo provimento se dá exclusivamente por concurso público, e que está amparado pelos institutos da estabilidade e da integralidade e da paridade dos proventos de aposentadoria. Nossas prerrogativas e garantias são também a defesa e garantia da Sociedade.

Tenhamos bem claro que a Fusão não é um fato isolado, mas está inserida num processo mais amplo e abrangente. Inicialmente o serviço público foi caracterizado como um paquiderme ineficiente; vieram depois as privatizações e a reforma da previdência. O servidor público foi transformado em alvo preferencial. Enquanto o governo combate a burocracia estável, as manchetes dos jornais demonstram que, nefasto para a Sociedade é a coisa pública nas mãos de agentes da política partidária.

O desafio permanece: preservarmos nossa capacidade de trabalhar em benefício do interesse público. Assim fazendo, justificamos nossa existência enquanto categoria, e nos credenciamos a exigir tratamento digno, inclusive quanto a remuneração.

Caminbemos para o próximo ano com serena e firme confiança. Os acontecimentos deste 2005 demonstram que os fatos conspiram a favor de quem sabe ser agente da própria história. O inexorável não existe.

O que está por trás da fusão dos fiscos

Presidente de uma das entidades de classe mais respeitadas no país, a Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), o professor Heitor Manoel Pereira, defensor de uma economia nacionalista, concede essa entrevista exclusiva ao *Agente Fiscal*. Sem meias palavras, ele defende a luta dos AFRFs contra a proposta da fusão dos fiscos e faz duras críticas à atual política econômica. Para o presidente da Aepet, a finalidade da fusão é a transferência de recursos brasileiros para o sistema financeiro internacional. Segundo ele, do ponto de vista da economia, o Brasil está retornando a 1930.



Heitor: visão nacionalista

Como a Aepet, enquanto entidade defensora do serviço público, do servidor e do patrimônio público, de uma economia nacionalista, vê essa posição do governo Lula de fazer a fusão das Receitas?

- A nossa opinião é que essa fusão é mais uma obediência à exigência das decisões das oligarquias financeiras internacionais, anglo-saxônicas. O objetivo é transferir recursos para as oligarquias financeiras internacionais. Não vai impedir sonogação. Vai piorar a situação do nosso povo. Da população C e D, cuja sobrevivência é assegurada pelos municípios, através das aposentadorias e pensões.

Então, o senhor também não acredita que a fusão vai melhorar o funcionamento dos fiscos?

- Nada vai mudar, porque isso é uma grande trama para continuarmos transferindo recursos para o capital financeiro internacional. Isto é até uma criminosa transferência de recursos dos trabalhadores para os donos do capital. Não diminui nada da sonogação. Vai ser uma furada essa fusão das receitas. O prejuízo maior vai ser dos municípios, da população.

A Aepet tem acompanhado a luta e mobilização dos Auditores Fiscais e profissionais da Receita para a não aprovação da MP 258, e agora o projeto de lei, que prevê a fusão?

- Nós achamos que só o Estado, inclusive, por determinação constitucional, é responsável por manter a sociedade atendida nas melhores qualidades nas áreas de saúde, educação, segurança etc. Esses objetivos não vão ser alcançados pela fusão. Pelo contrário, só vai trazer mais prejuízos à população, porque essa fusão tem outra finalidade.

O senhor acha que falta projeto para o Brasil?

- Nós temos uma elite que não quer ter projeto. Não há um projeto para o Brasil como Nação. Nunca tivemos. O Brasil, do ponto de vista da economia está retornando a 1930. Hoje, não temos aqui nenhum produto que seja genuinamente brasileiro. Nenhuma máquina de lavar, geladeira, fogão. Quem se locupleta dessa economia brasileira é o banqueiro e o exportador de produtos primários. A indústria está no pau.

As elites continuam comprometidas com esse cenário?

- Quatro agências de notícias distribuem noticiário pelo país. Uma informação de grupos financeiros é repetida em diversos veículos de informação, com o mesmo teor. Esses grupos reproduzem literalmente o que interessa às elites, ao FMI, Banco Mundial, OMC. Tudo isso é instrumento de defesa dos interesses das oligarquias internacionais, anglo-saxônicas, sediadas nos EUA. O problema do Brasil tem origem nestas oligarquias, na dominação delas. Agora, se você tem uma elite comprometida...

O senhor disse que o Lula assinou compromisso nos EUA de cumprir exigências das oligarquias, e que nenhum General brasileiro foi a Washington.

- O Governo Lula tem uma política econômica pior que a de FHC. Lula poderia ter se posicionado quando contava com apoio do povo. Quem é mais pelego do que esses grupos que militam no movimento sindical. Expulsaram do PT os grupos que tinham ideologia. Ficaram o Gushiken, o Berzoini e outros.

CDS aponta um reajuste de 10,53%

O Conselho de Delegados Sindicais (CDS) aprovou os eixos da campanha salarial. O principal destaque refere-se à implementação da tabela do projeto de Plano de Carreira aprovado pela categoria. A proposta é de que a tabela salarial seja corrigida em 10,53%, índice apurado pelo Dieese. O Unafisco elaborou um caderno de subsídios para demonstrar que os AFRFs têm todo o direito à recomposição salarial pretendida, já que ao longo da última década receberam reajustes bem menores que os de outras carreiras da administração direta federal.

Super-Receita será debatida na ALERJ

Por solicitação da UNAFISCO-RJ, o deputado estadual Paulo Ramos estará agendando para fevereiro uma Audiência Pública na ALERJ para debater a proposta da Super-Receita. Será um evento de grande importância para a categoria, que deverá prestigiá-lo com sua participação. Oportunamente estaremos divulgando a data definitiva.

A Diretoria agradece a dedicação de nossos funcionários da DS/RJ sem o que não teríamos como sustentar nossa luta cotidiana e ainda nos lançar nas tarefas nacionais. Ao entusiasmo e engajamento somam cada vez mais, o profissionalismo. Esperamos que em 2006 possamos compartilhar mais um ano de lutas e alegrias.

O futuro nas mãos dos políticos

Antônio Ramos

O renomado Professor-Doutor em macroeconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, João Sicsu, numa entrevista exclusiva ao Agente Fiscal, afirma que o País está andando para trás, e que a possibilidade de uma verdadeira mudança não está no âmbito das decisões ou iniciativas que cabem a técnicos ou economistas tomarem. Para o economista, cabe ao poder político indicar qual modelo econômico o País deve seguir. Inquieto com a crise atual, ele não acredita que o Governo Lula vai mudar agora. "O presidente optou por esse caminho e disse que o que está dando certo no seu governo é exatamente isto que achamos que está dando errado", afirma o professor João Sicsu, que no início deste ano proferiu palestra sobre macroeconomia no Seminário "O Futuro da Administração Tributária", promovido pelo Unafisco, no Hotel Glória, no Rio.

- Há 10, 20 anos os governos apostam nas taxas elevadas de juros para fazer o País crescer. Mas os resultados não vêm.

- A posição do Governo é aquela de que o País deve esperar que o desenvolvimento venha de fora para dentro, ou seja, a de elevar a taxa de juros, ou fazer o dever de casa, fazer as reformas: a reforma previdenciária, a reforma tributária, a lei de falências e esperar que um dia isso tudo se transforme em capitais produtivos, capitais que fizeram investimentos em máquinas e equipamentos e que contrataram trabalhadores. O começo disso é o que estamos vivendo agora, ou seja, a entrada só de capitais financeiros para aproveitar a elevação da taxa de juros. Essa é a visão dominante nesse momento. É a visão que predomina no País há 10, 20 anos, e que se espera os resultados até hoje.

- E qual seria então a posição alternativa?

- A posição alternativa é aquela que acredita que capital se faz em casa, crescimento se faz em casa. Desenvolvimento se faz em casa. Que se deve operar com uma taxa de juros muito baixa. Isso estimularia muito o investimento interno, o crescimento, a geração de empregos.

- O problema então está na área econômica do governo?

- A mudança não está no âmbito das



Para João Sicsu, o Brasil está andando para trás

decisões ou iniciativas que cabem a técnicos ou economistas tomarem. A decisão de qual modelo econômico devemos seguir tem de ser tomada pela política ou pelo poder político. O modelo que vamos seguir vai depender de resultados eleitorais, do perfil do presidente e, também, dos seus assessores, então, a decisão é toda política.

- Mas tanto o atual governo quanto o anterior se vangloriam justamente da equipe econômica...

- O presidente optou por esse caminho e disse que o que está dando certo no seu governo é exatamente isto que achamos que está dando errado. Ele acha que o que há de positivo no seu governo é a economia. Não acredito que ele vá mudar isto. Esta política é exatamente a mesma do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Isto, o Lula nem nenhum dos seus assessores nega mais. Eles trocaram a palavra mudança, pela idéia de que continuidade significa responsabilidade, serenidade. No governo FHC tínhamos taxa de juros elevada, estabilidade, câmbio estável, o país crescia entre 2 e 2,5 por cento. Com Lula, o país está crescendo entre 3 e 3,5 por cento, a taxa de juros continua alta e o câmbio continua estável. A única diferença entre um caso e outro é que Fernando Henrique é mais azarado que Lula e enfrentou no seu governo seis crises cambiais. Lula já está aí há três anos e não teve crise cambial no seu governo.

- Na sua opinião, qual seria a melhor forma de o País sair dessa situação?

- A melhor forma de distribuir renda diante da situação difícil que estamos vivendo é a geração de empregos. Depois que tivermos empregos, a melhor forma é fazer um sistema tributário justo e progressivo que desonere o consumo e a produção, e que incida sobre o patrimônio e sobre as rendas. Precisamos ter um câmbio mais estável, para estimular as exportações brasileiras e ter espaço no orçamento para gastar na dívida social, não a financeira. O Brasil deve à sociedade investimentos nas construções de escolas, hospitais, rodovias, infra-estrutura. Mas o País só paga uma parte da dívida, que é a financeira. Uma coisa não é antagônica à outra. Construir hospital não significa dar calote na dívida, pelo contrário, reduzindo a taxa de juros vamos poder pagar os juros que devemos, e vamos ter investimento público e privado a um custo mais baixo.

- Como o senhor vê a pauta de exportações brasileiras atualmente?

- É baseada em commodities, produtos básicos como soja e minério de ferro, aço, frango. E a taxa de câmbio está muito desfavorável. A pauta de exportações, embora esteja se mantendo em volume, está piorando em qualidade. Acabaram de fechar as portas várias empresas produtoras de calçados. Ou seja, o que é manufaturado, que pesa pouco e tem muita receita, não está conseguindo mercado exterior. O que pesa muito, e, proporcionalmente, tem pouca receita, como minério de ferro e soja, está conseguindo. Estamos ficando com a pauta de produtos básicos, de país atrasado, da década de 50. Isto é ruim porque não estimula o desenvolvimento tecnológico e, por outro lado, esses produtos básicos, caracteristicamente, têm seus preços muito voláteis. Agora, a curva está flutuando para cima, amanhã, pode estar flutuando para baixo.

- A meta de crescimento que a equipe econômica do governo vem projetando é muito modesta?

- O país está andando para trás porque enquanto os outros estão crescendo a taxas altas, particularmente, Argentina, Venezuela, Coréia, China, Índia que estão avançando muito e se transformando. E o Brasil crescendo a esta taxinha de dois

(continuação da página 4)

e meio, três por cento não muda. O Brasil precisa crescer para mudar, como nos anos 70, quando chegou a crescer 14 por cento. Isso gera empregos, construção de habitações, escolas, estradas.

- Sempre ouvimos que o capital especulativo tem mais chance de se dar bem no Brasil.

- O investidor produtivo, aquele que en-

tra no Brasil para comprar ou montar uma fábrica, o que ele quer é garantia de que país vai crescer, para poder vender o que vai produzir. Aqui no Brasil, se fala muito em garantias jurídicas, como se houvesse alguma ameaça por parte do Estado de estatizar ou nacionalizar alguma empresa estrangeira. A China é o país que recebe hoje mais investimentos de fora para montar empresas. E a China é completamente obscura

com relação a regras. A começar pelo alfabeto que ninguém entende, mas todo mundo entende muito bem que a China cresce todo ano 10 por cento e nenhum capital americano que vai para lá se sente ameaçado, achando que um governo comunista vai nacionalizar ou estatizar suas empresas. O temor dos empresários é investir e depois não conseguir escoar sua produção, que é o caso brasileiro, não o chinês.

Pirataria x Balança Comercial

**José Augusto Vagos,
Procurador da República**

Em artigo publicado no Jornal O Globo, em 1o de junho passado, o empresário Fouad Mohamed Fakih manifestou sua indignação com o Governo Federal por ter eleito Foz do Iguaçu como o "bode expiatório" dos problemas relacionados ao comércio da pirataria no Brasil, cidade escolhida como cenário para a ferocidade repressiva da Receita Federal, com o pretenso fim de se evitar as sanções ameaçadas pelos EUA, caso o país não demonstre estar reprimindo de forma eficiente esse mal. Nas suas palavras, transformou-se a "Ponte da Amizade" o palco de um teatro que estanca uma goteira enquanto portos e aeroportos deságuam o grande fluxo de produtos ilegais no país".

Os dados de que dispõe o Ministério Público Federal em investigação sobre o controle aduaneiro nos portos e aeroportos brasileiros demonstram que, infelizmente, o Sr. Mohamad está certo em sua análise. Aliás, a apreensão nas aduanas de Vitória, de mais de mil toneladas de produtos contrabandeados pela recentemente criada Divisão de Repressão ao Contrabando da Receita Federal (Operação Blindagem) já demonstra isso, na medida em que apenas em três dias de fiscalização de contêineres que ordinariamente teriam sido liberados no canal verde apreenderam-se o equivalente ao contrabando comportado em 600 ônibus de sacoleiros que cruzam a fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Assim como ocorre em Vitória, todos os dias ingressam no Brasil, principalmente através dos nossos portos, milhares de toneladas de mercadorias advindas de todas as partes do mundo, sendo que de 75% a 93% são desembaraçadas (liberadas) sem fiscalização, na medida em que direcionadas automaticamente, e com base em parâmetros pouco confiáveis, ao canal verde do Sistema Integrado de Comércio Exterior -

Siscomex, estrutura informatizada que gerencia, sob o comando da Coordenação-Geral Aduaneira - COANA, o fluxo das importações e exportações do Brasil.

Essa sistemática agilizada de liberação das nossas importações é defendida pelo Governo Federal ao argumento da necessidade na diminuição do custeio da máquina pública (custo Brasil) e, por efeito, do aumento da competitividade da indústria nacional e da disposição para investimentos e financiamentos por órgãos externos. Mas o paradoxo dessa política aduaneira de agilização dos fluxos e afrouxamento dos controles é o substancial aumento do custo social, já que a incensurável internação de toda a sorte de quinquilharias, produtos eletrônicos e de informática, produtos têxteis, roupas, tênis, brinquedos, bebidas, cigarros, carros e peças automotivas etc., que desrespeitam os donos de marcas e patentes e sobre os quais não são recolhidos os tributos devidos, acabam prejudicando a subsistência do empresário regularmente constituído, o que leva à inibição de investimentos, à diminuição dos postos formais de trabalho - o que é pior que o desemprego -, e ao aumento da economia informal, não raras vezes dominada por verdadeiras organizações criminosas.

Em que pesem os esforços pontuais, como os empreendidos por incansáveis auditores da Receita Federal em alguns portos e aeroportos, pela CPI da Pirataria e pela Divisão de Repressão ao Contrabando, cuja atividade-fim é repressiva e não preventiva, como o é - ou deveria ser - a atividade-fim das aduanas, o certo é que não há como se manter um sistema automatizado de gerenciamento das importações e exportações brasileiras com um patamar de canal verde tão elevado sem a contrapartida de um maciço investimento em tecnologia e informação e em capacitação e especialização dos recursos humanos.

Estivessem sendo direcionadas corretamente para o canal vermelho as importações que merecessem um tratamento fiscal, poder-se-ia cogitar de um

canal verde com patamares de 95%, como quer implementar a COANA. Mas não é o que acontece. A ineficiência dos critérios de parametrização automatizada se constata da análise dos fatos. Por exemplo, somente no Porto do Rio de Janeiro foram registradas no Siscomex, nos últimos 12 meses, 31.532 Declarações de Importação - DI (cada uma pode consistir em muitas toneladas de produtos), sendo que destas, 24.545 (78%) foram desembaraçadas no canal verde e 6.987 (22%) nos demais canais de fiscalização. Nestas últimas foram constatadas irregularidades passíveis de autuação em apenas 229. Como defender que a COANA tem acertado os alvos (importadores irregulares) num cenário assim? Ou alguém dirá que, de fato, naquelas mais de 31.500 importações somente 229 continham alguma irregularidade?

A contabilidade da pirataria demonstra que em quase todos os segmentos houve um substancial aumento das falsificações e do comércio ilegal nos últimos anos. Nesse contexto, impossível não colocar em dúvida o propalado superávit da balança comercial brasileira. Será que a nossa balança também não é pirata? Pois não se há de ignorar que os números das importações são formais e levam em conta os valores declarados pelos próprios importadores, não sendo poucos os que subfaturam suas importações para recolher menos impostos. Noutra via, também recorrente no Brasil a prática das exportações fictícias para a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro.

Já passou da hora do Governo Federal dotar as aduanas brasileiras de mecanismos eficientes de prevenção a importações e exportações irregulares, sem o que todas as tentativas de repressão ao comércio da pirataria pelas Polícias Federal, Civil e Militar, pelos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, pela Polícia Rodoviária Federal, pela Divisão de Repressão ao Contrabando e pelas Guardas Municipais restarão insuficientes para estancar ou pelo menos tornar a níveis administráveis esse flagelo da nossa sociedade.

Através da Decisão nº 844/2001, o Tribunal de Contas da União (TCU) revisou entendimento anterior sobre a incorporação, na inatividade, da vantagem vencimental denominada “opção”, e determinou a revisão dos atos de aposentadoria efetuados com base no referido entendimento.

Com isso, os servidores que exerceram cargo em comissão ou função comissionada, e que haviam levado para a inatividade parcelas referentes à remuneração dos referidos cargos ou funções, sofreriam redução em seus benefícios (em alguns casos a redução chegou a ser efetuada), o que levou muitos servidores a se socorrer do Judiciário.

Com a atuação do advogado José Luiz Wagner, do Escritório Boechat e Wagner Advogados Associados, foi interposto Recurso de Reexame da decisão, restando julgado improcedente pelo TCU através da Decisão nº 589/2005. Contra essa decisão foi interposto novo recurso, agora de embargos de declaração, os quais obtiveram julgamento favorável em 30 de novembro de 2005.

O TCU, sensibilizado pelos argumentos apresentados pelos advogados das entidades representantes dos servidores públicos, acolheu parcialmente os embargos, garantindo a continuidade do pagamento da vantagem denominada “opção” aos servidores que se aposentaram até a data da publicação da Decisão 844, ou seja, até 25 de outubro de 2001.

Entenderam os Ministros do TCU que acompanharam o voto do Relator, Valmir Campelo, que a decisão que determinava a retirada da vantagem “opção” dos servidores já aposentados em 2001, estaria infringindo os Princípios da Segurança Jurídica, da Boa Fé e da Isonomia.

Assim, os órgãos da Administração Pública Federal terão que regularizar a situação dos benefícios que sofreram redução em razão da Decisão 844/2001, do TCU.

MP 258: “Nós desarmamos a bomba”

O AGENTE FISCAL traz as impressões de colegas Auditores Fiscais sobre o trabalho parlamentar desenvolvido pelo Unafisco Sindical na tramitação da MP 258, assim como suas conclusões sobre o resultado final obtido e as perspectivas diante da apresentação do projeto de lei com a mesma proposta de fusão. Veja, a seguir, a opinião dos AFRFs que participaram ativamente do trabalho realizado em Brasília para desarmar a bomba da MP 258:



Olavo Cordeiro

Fator de agregação

O Trabalho parlamentar não é um fim em si mesmo. É um meio que demonstrou sua eficiência. Mas é também formação política e sindical. Além de seu resultado direto, o trabalho parlamentar é fator de agregação e unificação da categoria. Unificação no sentido de possibilitar um posicionamento a partir da vivência conjunta da formulação. É forte porque é oportunidade de vivência e de reflexão. O trabalho anterior, feito por ocasião da reforma da previdência, foi muito importante, e refletiu no trabalho feito agora. Ganhamos experiência, aprendemos muito. Os reflexos do Trabalho Parlamentar se fazem sentir na própria mobilização. Aqueles que passam pelo trabalho parlamentar ajudam muito na sensibilização das bases. Vencedores em relação à MP 258, a oportunidade agora é de aprofundar e qualificar o debate quanto ao mérito da fusão. Trabalho já iniciado, principalmente no Senado.

Adriano Lima Corrêa Nada é irreversível

A atuação do conjunto da categoria foi fundamental. Se aceitássemos o falso discurso do fato consumado, certamente a medida provisória teria sido aprovada e a história hoje seria outra. O parlamento é uma instituição altamente sensível. E foi, sim, a pressão exercida sem tréguas, semana após semana, no incansável trabalho de convencimento aos parlamentares, com sólidos argumentos, e desempenhada de forma organizada e articulada com outras entidades de servidores e da própria sociedade civil, que alterou a correlação de forças, ofereceu subsídio para que a oposição empurrasse a matéria até o limite do prazo de votação e criou o clima necessário para que a medida provisória perdesse a sua eficácia.

A lição maior que extraímos dessa árdua luta é a de que nada é inexorável, nada é irreversível. Obtivemos uma vitória expressiva, ainda que parcial, que merece muito ser comemorada. Demos uma inequívoca demonstração de nossa capacidade de



mobilização e de oferecimento de resistência a um modelo que compreendemos absolutamente nefasto para a categoria, para a previdência pública e para a sociedade. Como sujeitos do processo, intervimos e transformamos a realidade até então posta. Vencemos quando alguns diziam que jamais derrotaríamos o governo.

Partimos para essa segunda jornada em outro patamar. Há discussão acumulada no seio da categoria, estamos com auto-estima elevada e seremos mais respeitados. Agora devemos aprofundar a discussão sobre o mérito da fusão. E quanto mais nos debru-

Continua na página 7

MP 258: “Nós desarmamos a bomba”

Continuação da página 6

çamos sobre o tema mais no convencemos de que o que está por trás dessa pretensa fusão é o enfraquecimento da previdência pública e o atendimento aos ditames do modelo

neoliberal do FMI para formação de superávits primários crescentes. Convencer os parlamentares de que essa medida não atende aos legítimos interesses da população brasileira e que criará o caos na administração tributária é o nosso grande desafio.

Ednira Martins

A bomba desarmada

O diagnóstico realizado pelo Unafisco Sindical a respeito da MP 258 foi perfeito: “Uma bomba que precisava ser desarmada”. Com esse objetivo, o trabalho parlamentar foi pautado e desenvolvido com ética pelos AFRFs que incansavelmente visitaram os gabinetes procurando esclarecer os parlamentares sobre o grave risco embutido na fusão das Receitas, com a transferência das contribuições sociais para o Ministério da Fazenda comprometendo seriamente a existência da Previdência Social e o patrimônio do trabalhador.

A categoria unida e articulada não se deixou abater com a aprovação da famigerada MP na Câmara dos Deputados onde o governo jogou pesado usando de todos os meios para esse fim – e com mais entusiasmo foi para o Senado.

E chegou o dia da votação. Foi um espetáculo inesquecível: os AFRFs ativos e aposentados se posicionaram na galeria e no salão azul aguardando o presidente do Senado encerrar a sessão. A alegria tomou conta da categoria, que emocionada cantou o Hino Nacional.

Consciente da sua responsabilidade, a categoria sabe que a vitória alcançada é a vitória da democracia, da legalidade contra a ilegalidade da MP 258 que por ser uma bomba, felizmente, foi desarmada. Mas, apesar de derrotado, o governo revelando sua face autoritária e prepotente insistiu na fusão, agora sob a forma de projeto de lei, que também não é o instrumento legal, segundo estudos de renomados tributaristas. Por isso, a categoria continua mobilizada e atenta contra mais esse ataque, na certeza de que a justiça triunfará.

Hévila Monteiro Homenagem aos aposentados

Particpei do trabalho parlamentar, em Brasília, por várias semanas. No início, espantou-me o pouco conhecimento dos deputados acerca da matéria. Praticamente não se falava sobre a MP 258. Quando muito, ouvia-se informações inverídicas e distorcidas, disseminadas pela outra categoria da nossa casa, no afã de ver atendidos seus pleitos francamente inconstitucionais. Naquele momento, a tarefa que tínhamos pela frente parecia maior que as nossas forças.

Muitos consideravam inexorável a realidade imposta pela MP 258. Até mesmo alguns colegas de trabalho com quem conversava, a cada volta de Brasília, por mais que se indignassem com a nefasta MP, não acreditavam que o curso dos acontecimentos poderia ser alterado. Nas semanas subseqüentes, nosso trabalho foi ganhando consistência. Cada vez que chegava em Brasília, encontrava mais colegas vindos de todas as partes do Brasil, dispostos a percorrer incansavelmente os corredores do Congresso Nacional, levando aos parlamentares as nossas ponderações. E nestas andanças, a cada semana, pudemos ver como nosso movimento foi crescendo, ganhando visibilidade. A tal ponto de não haver mais no Congresso quem não soubesse das questões levantadas por nossa categoria.

Fora o trabalho parlamentar, tivemos ações deflagradas por algumas DS, em suas localidades, e outras, organizadas em Brasília, que foram fundamentais, pois possibilitaram ampliar a discussão e envolver a sociedade civil organizada. Fundamental, também, e eu não poderia deixar de fazer aqui uma menção especial, a participação dos aposentados em todo este percurso. No início, quando nem havia greve a respaldar a ida de ativos à Brasília, eles praticamente seguraram o movimento; em momentos cruciais, apostaram na unidade, entenderam que a paridade incluída no relatório era como o canto da sereia, e permaneceram lutando bravamente pela categoria.

Sabemos que teremos agora outra batalha



a enfrentar, com o envio do Projeto de Lei para o Congresso, em regime de urgência, com pouco tempo para aprofundamento da discussão. Certamente ninguém duvida de que teremos que estar mais mobilizados ainda, para continuar a fazer pressão. Queremos ver nossa categoria respeitada. Queremos ver nossos pleitos contemplados. Queremos o melhor para o País. Vamos precisar de toda a força que armazenamos, para potencializar nossa mobilização.

Precisamos ampliar a participação dos colegas. O trabalho é exaustivo. Tanto nas bases, quanto em Brasília. Se houver mais colegas envolvidos, tanto melhor para todos. Costumamos dizer que fazemos um “trabalho de formiguinha”. Trabalho incansável, persistente, aparentemente mínimo frente ao gigantismo do “adversário”. Isto faz até alguns colegas pensarem que, se não fizerem nada, não fará diferença. Mas faz toda a diferença. As nossas conquistas são sempre fruto do trabalho de cada um de nós. De mínimo, não tem nada.

A perda de eficácia da MP 258 representou uma grande vitória para a nossa categoria. Para aqueles que só acompanharam de longe, descrentes em poder interferir nos rumos dos acontecimentos, a prova de que a luta sempre é possível. Para nós, que estivemos no front, nem se fala. Tem sabor de missão cumprida, certeza de que a luta sempre vale a pena. Agora, vamos em frente.





A participação dos movimentos sociais foi fundamental para a derrota da MP 258. Agora é preciso manter a mobilização contra o projeto de lei

Movimentos derrubam a MP 258 no Senado

A mobilização dos AFRFs foi muito importante para derrubar a MP 258, que sequer chegou a ser votada no Senado e simplesmente caducou após 120 dias de tramitação e de muita pressão dos movimentos organizados. A crise política, a demora em aprovar na Câmara e o enfraquecimento político do governo foram ingredientes que ajudaram a sepultar a MP, ferida de morte no debate suscitado pela sociedade. Ainda assim, o governo ressuscitou o plano da fusão, na forma de projeto de lei com regime de urgência, na esperança de aprovar ainda este ano a Receita Federal do Brasil, a chamada Super-Receita. O projeto já estava na pauta da agenda mínima de votações para dezembro. Regimentalmente, a contar de 28 de novembro, o

projeto tem 45 dias para ser apreciado na Câmara e 45 dias no Senado.

O governo repete, em forma e conteúdo, o procedimento de quando tentou açodadamente aprovar a MP 258. Ou seja, a base do projeto é a mesma que tramitou na Câmara, com a mesma pressa, e as mesmas inconstitucionalidades que já foram denunciadas pela Comissão Especial da Carga Tributária, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A primeira refere-se à extinção da autonomia constitucional da autarquia INSS, ao passar a sua titularidade para a União.

O projeto reitera ainda a extinção das carreiras de Auditor Fiscal da Receita Federal e de Auditor da Previdência, criando uma única carreira de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, embora

o “super-secretário” Jorge Rachid insista em que, em momento algum, os AFRFs tenham perdido atribuições. Mas o próprio Rachid, em encontro com a direção do Unafisco Sindical, admitiu que a proposição venha a receber emendas novamente em sua tramitação no Congresso.

Por isso, a luta dos AFRFs já recomeçou. Com o mesmo empenho dos últimos quatro meses, em que os auditores fizeram paralisações ou operação-padrão para esclarecer à sociedade dos malefícios da edição da MP 258, a categoria está buscando conversar com os membros das comissões em que a matéria terá de tramitar, como a do Trabalho, Seguridade Social, Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça. Todos à luta.